

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

NATÁLIA DE CASTRO FERNANDES

COOPERAÇÃO DAS DITADURAS NO CONE SUL: INFLUÊNCIAS E TROCA DE
INFORMAÇÕES ENTRE OS MILITARES

Brasília

Julho de 2018

NATÁLIA DE CASTRO FERNANDES

COOPERAÇÃO DAS DITADURAS NO CONE SUL: INFLUÊNCIAS E TROCA DE
INFORMAÇÕES ENTRE OS MILITARES

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília como requisito para
obtenção do grau de licenciatura e bacharel em
História sob a orientação do professor Dr.
Carlos Eduardo Vidigal.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal (Orientador)

Prof. Dr. Pio Penna Filho

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Brasília

Julho de 2018

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar a ação em conjunto entre as ditaduras militares no Cone Sul em vista da Ideologia da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Discorrendo sobre a importância da DSN para a formação dos militares latino-americanos e como eles passaram a se aproximar através dos treinamentos realizados nas escolas de guerra e com a assimilação da DSN.

A formação dos órgãos de cooperação da América Latina e a sua participação no processo de formação das ditaduras, que surgiram durante as décadas de 1960 e 1970, também são vistos como aportes importantes para a ação em conjunto desses governos.

Focando, por fim, na atuação final do Brasil nas últimas instâncias de cooperação das ditaduras, a sua atuação no Plano Condor e dos órgãos de inteligência ligados aos exércitos e a importância da atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEX) para a ditadura brasileira.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Operação Condor; CIEX; Doutrina de Segurança Nacional; América Latina.

SUMÁRIO

RESUMO	3
INTRODUÇÃO	5
1. A Doutrina de Segurança Nacional e o Treinamento Militar Latino-Americano	7
1.1 A Bipolarização Mundial e a Implantação da DNS	9
1.2 Fundamentação e Conceituação da DSN	11
1.3 A Formação Militar e os Órgãos de Propagação da DSN	13
2. Cooperação Latino-Americana	16
2.1 Raízes da Cooperação	17
2.2 A troca de Informações e os Órgãos de Integração e Cooperação.....	22
2.3 O Plano Condor.....	23
3. A ação do Brasil.....	26
3.1 A Formação da Ditadura Civil-Militar Brasileira	28
3.2 Influências e Ações Brasileiras nos Países do Cone Sul	31
3.3 As Ações de Inteligência Brasileira.....	32
CONCLUSÃO	35
FONTES.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, o combate à subversão, preconizado pela doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos e reproduzido pelas forças armadas da maioria dos países latino-americanos, foi aos poucos se tornando a postura predominante dos militares da região. A partir da presença das correntes francesas e norte-americanas de segurança nacional os militares do Cone Sul mudaram sua forma de combate à oposição e a sua forma de pensar. Essa nova conduta foi marcada por um alto grau de politização, pelo abandono da ideia de "intervenção cirúrgica" e por um incentivo à percepção de uma capacidade de intervenção política nos objetivos do país¹. A troca de informações entre os países do Cone Sul acontece desde o começo da década de 1920² e continua a acontecer até os dias de hoje. O objetivo desse trabalho é analisar a cooperação repressiva no Cone Sul, principalmente durante o período das ditaduras militares, levando em conta as ações em conjunto e os tratados entre os países sul-americanos.

As décadas de 1960 e 1980 foram marcadas por lutas e encontros políticos no Cone Sul, esse período ficou conhecido por regimes militares definidos por Guillermo O'Donnell³ como tecnocrático-burocrático-autoritários em toda a América Latina. Um dos fatores que apontam para o surgimento desses regimes autoritários foi o enfraquecimento do

¹ Em **A Preparação dos Agentes de informação e a ditadura civil militar no Brasil** (1964-1985) Samantha Quadrat explica sobre a formação tanto psicológica como técnica dos militares latino-americanos e como essa formação transformou a forma de ação desses militares.

² Em 1920 aconteceu a Conferencia Internacional Sul Americana de Policía em Buenos Aires que o envio de informações sobre tentativas de alteração da ordem social ou movimento de caráter subversivo pelos países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

³ Em **Modernização e Autoritarismo e Transições do Regime Autoritário: América Latina** Guillermo O'Donnell (1973) faz uma definição técnica das ditaduras militares no Cone Sul em que os militares se tornariam gestores mais burocráticos em soma as atividades autoritárias.

modelo de governo nacional desenvolvimentista e populista, modelo que influenciou uma mudança no cenário econômico e político dos países do Cone Sul, somado a uma radicalização dos discursos mais à esquerda do espectro político e o aumento da participação política da base da população.

Esse fator, voltado mais para as questões nacionais e internas de cada país, gerou uma agitação perante as elites que precisaram se posicionar em relação à Revolução Cubana e à nova ordem da Guerra Fria. Assim, uma crise política civil foi se formando e gerando um grande problema de autoridade nesses países. Denise Rollemberg⁴ aponta que houve uma forte participação de várias esferas da sociedade civil e que uma solução para essa crise seriam os militares. Como solução para as agitações e temores das elites sul-americanas as ditaduras militares do Cone Sul surgiram e se articularam para garantir que a ameaça comunista se mantivesse bem distante de seus territórios.

No primeiro capítulo será trabalhada a construção e a importância da Doutrina de Segurança Nacional para a formação dos agentes militares latino-americanos. Suas origens, concepções e forma de atuação dentro da formação dos governos. Levando em conta a importância da Revolução Cubana para o aumento do medo em relação ao avanço comunista no continente americano.

No capítulo seguinte a análise gira em torno dos órgãos de integração internacional que surgiram durante o período da Guerra Fria e se tornaram importantes para a constituição do aparato cooperativo americano que foi conduzido a uma atuação entre os países para

⁴ Em *Esquerdas revolucionárias e luta armada*, um capítulo do livro **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX** (2003), de Denise Rollemberg a autora foge da ideia de que as ditaduras foram feitas apenas de cima para baixo mostrando uma ação da sociedade civil em prol da tomada de poder pelos militares.

acabarem com a subversão em seus territórios, usando desses órgãos não apenas para trabalharem em conjunto em prol da boa vizinhança, mas também para combater os inimigos dentro de seus próprios países.

O último capítulo fica para a atuação do Brasil no Plano Condor e a sua força na troca de informações. Como o país atuou para ajudar na formação das outras ditaduras seja com a ajuda na formação dos militares ou apenas como modelo para as ditaduras que viriam pela frente. Mostrando por fim que a troca de informações foi ponto importante entre essas ditaduras com a formação do Centro de Informações do Exterior Brasileiro⁵ que trabalhava com os governos dos países aliados.

1. A Doutrina de Segurança Nacional e o Treinamento Militar Latino-Americano

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o globo se via dividido no plano político ideológico por dois blocos, uma bipolaridade que consolidava a influência dos Estados Unidos não só na América como no mundo⁶. Assim as lideranças políticas norte americanas se viram compelidas a lançar políticas assistencialistas para toda e qualquer parte que estivesse mais vulnerável a influência soviética. Foram criados programas, escolas de treinamento e órgãos de apoio a governos e forças armadas que tivessem interesse em manter a subversão longe de seus países.

As forças armadas latino-americanas não ficaram fora dessa conjuntura e sofreram importantes transformações depois do fim da Segunda Guerra Mundial, deixando sua atuação

⁵ O Centro de Informações do Exterior foi um órgão criado pelo Ministério das Relações Exteriores e funcionou de 1966 a 1988 com o objetivo principal de observar brasileiros residentes no exterior, em principal nos países do Cone Sul.

⁶ Para Chomsky o conflito da Guerra Fria não foi apenas entre EUA e URSS, mas sim entre polos. E que cada “polo” buscava manter seus aliados sob sua influência e formava estruturas ideológicas para atingir seus objetivos. “Putting second order complexities to the side, for the USSR the Cold War has been primarily a war against its satellites, and for the U.S. a war against the Third World.” (CHOMSKY, 1992, p.28).

mais nacionalista para uma visão de combate ao que consideravam ser a subversão mundial do comunismo. O pensamento militar na América Latina sofreu mudanças a partir de influências estadunidenses e francesas com as suas ideologias que surgiram durante a Guerra Fria.

A formação da DSN ganhou força na América Latina devido à influência dos Estados Unidos no continente. O medo norte-americano do comunismo ficou ainda mais evidente depois da Revolução Cubana e do alinhamento oficial do país caribenho com a União Soviética. Assim, a influência dos Estados Unidos não ficou apenas na questão ideológica, mas também de forma efetiva, criando órgãos e mecanismos de cooperação entre eles e o restante da América.

Já no caso francês a DSN teve um crescimento ideológico enorme. A visão da guerra total e a experiência francesa com as revoluções em suas colônias aumentou a sua influência na propagação do anticomunismo dentro das Doutrinas de Segurança. Mudando conceitos já existentes para conseguir implantar uma doutrina mais eficaz de contra insurgência de guerrilhas e revoltas populares.

Apesar de a Doutrina de Segurança Nacional não ser a única matriz para a formulação da segurança nacional na América Latina ela foi o ponto mais importante dentro de toda a ideologia de integridade nacional. Foi a forma mais fácil que as forças armadas no Cone Sul encontraram para enfrentar a nova realidade do mundo e de seus países. Liga-se a necessidade de proteção da nação com o anticomunismo propagado pela ideia do inimigo invisível e interno. E aumenta a necessidade de uma homogeneização da sociedade e diminuindo os conflitos dentro de cada um dos países.

O Brasil foi o pioneiro na utilização da DSN e também foi o país que serviu de modelo para as ditaduras que tomaram conta da América Latina. O Brasil fez papel importante na disseminação do que seria a DSN e como ela deveria ser aplicada através dos treinamentos dados na Escola Superior de Guerra, onde não apenas os militares brasileiros, mas também membros das Forças Armadas de outros países viriam ser treinados. Cada um dos países que entraram em contato com a DSN aplicaram a Doutrina de forma eficiente para cada uma das suas realidades e necessidades⁷.

1.1 A bipolarização mundial e a implantação da DNS

O contexto da polarização do mundo entre bloco capitalista e socialista foi cenário para a formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Ocorrendo transformações importantes nas forças armadas latino-americanas, que foram abandonando o caráter apenas da defesa de fronteiras e assumindo uma postura mais internacional para combate da "subversão". Esse combate se dava dentro das esferas política, econômica, militar e também psicossocial. O combate agora não era contra uma nação ou um exército, mas sim contra uma ideia. Mudar a concepção de inimigo gerava a percepção de uma obrigatoriedade de novas estratégias para combate. Assim a DSN ficaria ainda mais forte dentro da vida política e aumentaria os investimentos na segurança interna e na área de informação.

O medo do comunismo se alastrou com mais força após a Revolução Cubana (1959) e o alinhamento definitivo de Cuba com a URSS justificou o temor anticomunista. A posição de Cuba foi utilizada como argumento para a sua expulsão da OEA e também para aprovar um bloqueio mais amplo do país. O receio de que movimentos semelhantes acontecessem no

⁷ Enrique Padrós explica em seu artigo A ditadura civil-militar uruguaia – doutrina e segurança nacional que a DSN foi a matriz doutrinária de maior impacto na América-Latina e dá exemplos da sua atuação no Uruguai e como as interpretações argentinas e brasileiras influenciaram a doutrina uruguaia.

restante da América fez com que os Estados Unidos tomassem iniciativas para diminuir as organizações comunistas na América Latina, como os partidos comunistas e a formação de guerrilhas⁸. Dessa forma foi aplicado nos treinamentos das escolas de guerra a DSN que serviu de base para a formação política ideológica dos militares latino-americanos.

A National War College (NWC) nos Estados Unidos foi uma das principais responsáveis pela elaboração de uma linha política de atuação para os norte-americanos e também para a colaboração dos governos e forças armadas de toda a América. Outro órgão importante criado pelo departamento de defesa dos Estados Unidos foi a Escola das Américas, com o foco principal no combate anticomunista e na cooperação entre os países das Américas. Assim a política de contenção da Doutrina Truman fez com que os Estados Unidos enviassem forças militares para onde sua zona de influência estivesse ameaçada, ação que foi fomentada pelo medo dos Estados Unidos diante do avanço da subversão comunista.

O foco da matriz norte-americana da DSN era majoritariamente econômico e político ideológico, por conta da bipolaridade mundial, entretanto a DSN também assumiu um caráter político e ideológico relevante. Por conta de características sociais como a pobreza, desigualdade social e a exploração da força de trabalho os Estados nacionais latino-americanos estariam mais passíveis da aproximação com a ideologia socialista esse caráter político e ideológico se tornou mais forte.

As influências francesas na DSN são de características mais ideológicas e conceituais. Voltada mais para a visão da existência de não só inimigos externos, mas também de inimigos

⁸ Samantha Quadrat fala sobre as apostilas utilizadas nos cursos de formação militares que foram ministrados na Escola das Américas no Panamá. Nessas apostilas constavam técnicas de informação e contrainformação, combate às guerrilhas, planejamento militar entre outros. Além de falar sobre os principais grupos guerrilheiros na América-Latina como os Montoneros e o Ejército Revolucionario del Pueblo/ERP (Argentina), Tupamaros (Uruguai), Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia/FARC (Colômbia), Sendero Luminoso (Peru) e a Aliança Libertadora Nacional (Brasil).

internos. Além dos inimigos externos que se tornam internos, como é o caso da subversão comunista, que vem de fora e se torna um inimigo dentro do território nacional⁹.

Como a França teve uma das primeiras experiências de guerra contra guerrilhas em suas colônias e também a primeira a influenciar exércitos ocidentais com seus princípios. Formulando uma concepção de um novo tipo de guerra, uma guerra que age e transforma os militares, a política, a economia e também o psicológico da sociedade. E são essas transformações que derrubam os governos e que precisam ser combatidas. Esse era o novo inimigo do mundo, não uma farda ou um exército, mas sim uma ideia, o comunismo.

1.2 Fundamentação e Conceituação da DSN

A DSN brasileira¹⁰ tem como elementos fundamentais que a norteiam um conjunto de quatro conceitos principais: os objetivos nacionais, segurança nacional, estratégia nacional e poder nacional. Uma das definições mais aceitas da Segurança Nacional vem da ESG por conta do seu alcance político estratégico, em que a defesa nacional é um dos meios de alcançar a segurança nacional. Apesar da similaridade cada um dos países que constituíram suas Doutrinas de Segurança Nacional tem uma definição diferente desses conceitos, assim modificando sua aplicabilidade em cada lugar.

O conceito totalizante da nação depende dos valores e ideologias com uma estrutura política e social sólida e também com um grande potencial econômico muito mais que do seu alcance militar, da quantidade de armas e tropas. A sua defesa tanto nos seus conflitos

⁹ CASSOL, Gissele. **Prisão e Tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2189>

¹⁰ NINA, Andrés. La doctrina de la Seguridad Nacional y la integración latino americana. **Revista Nueva Sociedad**, Nº 27. Novembro - Dezembro 1979, p. 22-50. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/274_1.pdf>

internos quanto externos as quais se refletem em toda a sociedade também dependem dessa concepção totalizante. Deve existir uma vontade unificada de toda a nação, sem divergências ou conflito de interesses já que o comunismo age em todas essas instâncias. Desse modo é necessário equiparar a ação anticomunista em todos esses âmbitos e antecipar revoltas populares combatendo a subversão e evitando o questionamento da ordem capitalista.

No Brasil a noção de segurança nacional e desenvolvimento juntaram-se ao discurso inaugural do ano letivo de 1967 da Escola Superior de Guerra, no qual o Presidente Castelo Branco integrou o desenvolvimento como condição para que a segurança fosse garantida. Essa junção entre desenvolvimento e segurança foi típica dos países da América Latina, já que estavam mais propensos a receber as ideias socialistas¹¹.

Além da mudança social que a Doutrina julgava necessária também era preciso lançar um novo tipo de Forças Armadas, mais profissional e mais ligada aos problemas socioeconômicos. Esses novos militares viriam para defender a segurança interna e para isso era necessário que esses militares fossem capacitados politicamente para que pudessem agir nessas tarefas inéditas de forma mais eficaz e defender a nação da subversão. O Estado precisava inserir na sociedade os valores de ordem, hierarquia e disciplina, por isso os militares assumiram a ideia de que eles eram os únicos que poderiam levar a trazer a “real” Segurança Nacional.

Essa visão militarista se formou em cursos ministrados nas Escolas de Guerra espalhadas pela América e também nos Estados Unidos e na França. A Escola Superior de Guerra brasileira foi uma das maiores instituições a disseminar a visão da DSN pela América

¹¹ BRUZIGUEZZI, Bruno. Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro Contemporâneo. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, 47-64.

Latina. Além das Escolas de Guerra uma grande quantidade de organizações, conselhos e comunidades foram se formando para garantir a Segurança Nacional na América. Promovendo encontros e palestras em todo o continente para tentar manter os países e suas sociedades o mais longe possível das ideias comunistas, tentando não deixar acontecer a mesma coisa que aconteceu em Cuba.

1.3 A formação militar e os órgãos de propagação da DSN

Após o final da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria assistimos a um maior investimento na área de inteligência em diversos países do mundo, inclusive nos latino-americanos. Com a instalação da ditadura militar, estes investimentos foram incrementados assim como ocorreu um aumento no envio dos militares para a Escola das Américas. Sendo ela uma das grandes responsáveis pela disseminação do anticomunismo na América Latina, identificando qualquer tentativa de contestação aos regimes estabelecidos ou movimentos de “esquerda” com a ideologia comunista. A Escola permitiu a convivência entre os militares latino-americanos em especial do Cone sul. Os laços criados a partir de meses de treinamentos, bem como a formação de um pensamento comum, podem ser apontados como um dos fatores principais para o estabelecimento de ações conjuntas entre os seus países. Antes mesmo da montagem da Operação Condor, a CIA já estava a par da existência de uma cooperação multilateral entre os serviços de inteligência do Cone Sul para seguir e até mesmo assassinar oponentes políticos. O Brasil também atuou na formação de agentes de inteligência na América Latina. A formação principal era feita pela ESG onde eram ministrados diversos cursos e conferências sobre informações¹².

¹² QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia hist.* [online]. 2012, vol.28, n.47, pp.19-41.

A formação dos militares latino-americanos foi realizada tanto em cursos ministrados no exterior como em cursos no Brasil e no resto da América Latina. Alguns desses cursos preparatórios para a formação dos militares foram ministrados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). A ação psicológica era a principal arma do comunismo internacional, segundo os militares, dessa forma a guerra psicológica era o ponto mais destacado por esses oficiais nos treinamentos e reuniões. Através dessa guerra as Forças Armadas atingiriam campos que o inimigo escolhia como a universidade, os meios de comunicação e os sindicatos.

Os primeiros militares a terem contato com esses cursos foram os argentinos e brasileiros que foram estudar na Escola de Guerra em Paris. Esses militares começaram a tomar conta das Escolas de Guerra em seus respectivos países e passaram a disseminar as informações que aprenderam. E para isso vários cursos foram ministrados no Cone Sul, como o Primeiro Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária que ocorreu na Argentina em 1961. Esses cursos tiveram tanta importância que foram publicados nos livros das Escolas de Guerra e repassados para a maioria dos militares.

Para que a DSN funcionasse de forma eficaz era preciso criar um sistema de informações e apoio para os países da América Latina a garantir sua Segurança Nacional. E assim iniciativas e órgãos que foram sendo criados para a contenção do comunismo e para manter a influência dos Estados Unidos na América como um todo também surgiram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Aliança para o Progresso (ALPRO), entre outros. Mas a criação desses instrumentos de cooperação americana não ficaram apenas na esfera estadunidense, os latino-americanos também criaram seus próprios instrumentos como a

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Comunidade Andina, o Conselho de Defesa Centro-Americana (CONDECA) entre outros.

A atuação autoritária dos militares latino-americanos somada aos fundamentos da DSN limitou a atuação social nos países do Cone Sul, diminuindo a visão da diversidade no meio da sociedade, mantendo uma leitura unilateral sobre a ação dos países. A aplicação dos princípios da DSN com a natureza contra a diversidade ideológica e contra a contestação do poder, tem como consequência a série de golpes e ditaduras espalhadas pela América Latina.

Essas doutrinas como a obsessão pela segurança nacional que foram implantadas nas forças armadas latino-americanas construíram uma poderosa ideologia que diminuiu a atuação das doutrinas e interesses econômicos e políticos contrários e as substituiu por inúmeras ditaduras. Esse fenômeno da contra insurgência comunistas e rupturas com as vanguardas revolucionárias ¹³ afetou não apenas as ações da esquerda, mas também desengajou movimentos populares e nacionalistas. Foram desconsideradas as realidades nacionais e as consequências a médio e longo prazo da implantação dessas doutrinas principalmente nos contextos de instabilidade político-social ou da desigualdade social nos países do Cone Sul.

Outras formas de treinamento foram sendo superadas pela Doutrina de Segurança Nacional e pela Guerra Contrarrevolucionária dentro das escolas militares. Essa ideologia anticomunista que surgiu com as bases da DSN estadunidense se espalhou de tal forma pela América Latina que influenciou gerações de militares e civis. Dando continuidade a esses princípios adaptados a realidade de cada país mesmo depois da redução gradativa das intervenções dos Estados Unidos na América Latina.

¹³ Vanguardas como Montoneros e o Ejército Revolucionario del Pueblo/ERP (Argentina), Tupamaros (Uruguai), Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia/FARC (Colômbia), Sendero Luminoso (Peru) e a Aliança Libertadora Nacional (Brasil).

2. Cooperação Latino-Americana

A América Latina mantém uma postura de camaradagem¹⁴ e boas relações em todo o continente, mesmo com suas tensões territoriais, culturais e políticas específicas. É possível ver a tentativa dos países em cooperar entre si sem deixar sua soberania de lado, como por exemplo: a criação de órgãos e tratados desde a década de 1920¹⁵. A Conferência Policial de Buenos Aires em 1920 e também na mesma década a VI conferência Internacional Americana são exemplos de conferências. Os tratados e conferências não foram deixados de lado nos anos seguintes, mesmo com o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial. Em 1942, houve a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da III Reunião de Chanceleres Americanos. Mais tarde na mesma década, em 1948, durante a IX Conferência Internacional Americana, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Segunda Guerra Mundial influenciou na cooperação e na ação dos Estados Unidos em relação aos estados latino-americanos aumentando a escala da cooperação na América Latina. Essa ação mais decisória dos países latino-americanos nas questões de segurança não só regional, mas como mundial, se estenderam pelos anos de 1950. Os planos de assistência globais impulsionados pela ONU e pelos Estados Unidos não poderiam deixar a América Latina de lado, assim como o medo comunista não deixaria aqueles países livres.

Os tratados, órgãos de cooperação econômica e conferências ajudaram a aproximar os governos não só no Cone sul, mas também houve formulação de órgãos específicos para as

¹⁴ ALEIXO, Jsoé Carlos Brandi. Mediação e bons ofícios: considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. v. 24 n. 95 jul./set. 1987.

¹⁵ **Conferencia Internacional Sul Americana de Policía, Buenos Aires**, op. cit.

regiões, como na América Central e na região andina¹⁶. Em vista de resolver os problemas regionais e manter a paz entre os países latino-americanos esses órgãos aumentaram a aproximação das nações o que facilitou na ação em conjunto dos governos para se manterem preparados para as mudanças políticas e sociais que estavam surgindo dentro da nova ordem mundial.

Os países latino-americanos não foram deixados de lado nessa nova ordem mundial e foram inseridos dentro da formulação da Doutrina Nacional de Segurança, que visava o combate ao inimigo comum. Essa doutrina foi usada com força nas escolas de treinamento militar que os oficiais latino-americanos frequentaram aproximando a forma de pensar e agir desses militares, além de aproximá-los aumentando a amizade entre as forças armadas na América. Sendo bastante eficaz nesse sentido a Doutrina de Segurança Nacional foi parte integrante dos governos que se formaram em toda a América-Latina o que ajudou na cooperação entre eles.

Somando as boas relações entre os países no Cone sul com a sua aproximação militar e a influência estadunidense não seria difícil para que os governos ditatoriais se unissem em prol da repressão. Mantendo longe o inimigo subversivo que poderia afligir toda a América, ainda mais depois da revolução cubana, esses países se uniram para que seus objetivos fossem alcançados da forma mais eficaz possível. Culminando na criação do Plano Condor.

2.1 Raízes da Cooperação

As ditaduras militares latino-americanas se distinguem, seja por questões de tempo de duração ou de forma de atuação desses governos. As particularidades que distinguem esses regimes vão além dos aspectos geográficos e nacionais. Os planos internos ganham relevância

¹⁶ ALEIXO, Jsoé Carlos Brandi. Mercado Comum Centro-Americano. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. v. 21 n. 18 jan./mar. 1984. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/186299>>

e essas variáveis internas vão se unindo para formar um quadro maior, mostrando que esses países tiveram dinâmicas específicas e próprias mesmo que semelhantes umas às outras.

Os países latino-americanos já cooperavam entre si desde antes da Segunda Guerra Mundial, sendo possível verificar os tratados assinados desde a década de 1920 até os dias atuais. Durante a Conferência Policial de Buenos Aires em 1920 foi assinado um tratado que visava o envio de informações sobre tentativas de alteração da ordem social ou movimento de caráter subversivo pelos países-membros. Esse tratado foi ratificado por Getúlio Vargas em 1933. Uma das formas de cooperação foi o estudo dos militares latino-americanos no exterior. Durante a Segunda Guerra Mundial houve a III Reunião de Chanceleres Americanos¹⁷ em 1942, que esclareceria as posições dos militares latino-americanos. Após esse alinhamento da América Latina com os EUA o Brasil também assinou tratados próprios, como a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (CMMBEU) que facilitou a ida de militares brasileiros para os Estados Unidos.

Já em 1950 os laços entre as forças armadas já estavam consolidados devido às academias de treinamento militar, com seus pensamentos mais voltados para uma segurança não apenas nacional, mas também combatendo o inimigo internacional, a subversão comunista. É possível verificar após o fim da Segunda Guerra Mundial um grande investimento nas áreas de inteligência em diversos países, inclusive na América Latina. Visando o fortalecimento da segurança nacional um dos grandes alvos foi o combate ao comunismo. Esse combate se deu através de várias esferas, tanto militares, políticas,

¹⁷ **Ata da III Reunião de Chanceleres Americanos.** Faz parte das Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores pela OEA. Em 1942 a Reunião foi convocada devido ao ataque japonês contra as forças armadas estadunidenses. Os países latino-americanos se alinhariam com os Estados Unidos em prol das práticas de boa vizinhança.

econômicas e até mesmo psicossociais. Instaurando ditaduras militares os investimentos na área de inteligência aumentaram e assim ficou mais fácil pôr em prática a doutrina da Segurança Nacional. Mudou-se a concepção de inimigo e acabou fazendo com que os militares percebessem uma necessidade de novas estratégias de combate. Querendo não mais combater um exército com uma bandeira ou uma farda, mas sim uma ideia os exércitos passaram a investir bastante na área de segurança interna e informações e dessa forma intervir cada vez mais na vida política, esses investimentos convergiram para um maior envio de militares para as Escolas de Guerra estrangeiras¹⁸.

Para atingir os objetivos contra a subversão foram criadas organizações e comissões para unificar com mais força o pensamento latino-americano, além das Escolas de Guerra. No caso da América Latina, os primeiros a aprender sobre a nova doutrina foram os brasileiros e argentinos que foram à Escola de Guerra de Paris, implementando em seu pensamento a questão do inimigo invisível. Para dar continuidade a propagação da DSN foram feitos uma série de cursos, como o Primeiro Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária, em 1961 na Argentina. Esse curso contou com a presença de militares de 14 países, entre eles brasileiros¹⁹.

Outra importante escola de guerra que ajudou na formação dos militares latino-americanos foi a Escola das Américas, situada no Panamá. Mais de 50 mil oficiais latino-americanos estudaram nessa escola e parte desses militares são hoje acusados pelas comissões da verdade em seus países por violações dos direitos humanos²⁰. A visão da escola era superar

¹⁸ QUADRAT, S. V. **A Preparação dos Agentes de informação e a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985)** in. *Varia hist.* [online]. 2012, vol.28, n.47, pp.19-41.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

os desafios que o governo dos Estados Unidos avaliou para enfrentar diante do novo quadro internacional, divulgando ideias anticomunistas e treinando os oficiais latino-americanos para a implantação da DSN e para a guerra psicossocial. Desse modo foram propagados princípios e valores que a América Latina não se mostrava pronta para aplicar na sua realidade social e política, não levando em consideração as diferenças culturais, desigualdade social e a história desses países.

Em complementação ao que era passado na Escola das Américas grupos militares de diferentes países vinham ao Brasil para aprender métodos de repressão e "técnicas de interrogatório" mesmo antes de algumas das ditaduras serem reveladas. A cooperação foi feita de diversas formas através do Serviço Nacional de Informações (SNI) e das forças do Exército tanto com pessoal como com informações, dinheiro e armas para que membros do alto escalão do exército e dos governos fossem derrubados. Existiu grande cooperação, principalmente em ações no Chile para a ascensão de Pinochet, por parte de vários países da América Latina, principalmente Brasil e Argentina²¹, formando uma rede de cooperação.

As escolas de guerra aproximaram de forma efetiva os militares latino-americanos para que eles tentassem aplicar com sucesso a Doutrina de Segurança Nacional em seus países de origem. O medo do comunismo disseminado nessas escolas fez com que os militares cooperassem e treinassem entre si para combater esse inimigo e de certa forma se unissem para além das organizações internacionais. Levando a cooperação repressiva ao seu ápice com o Plano Condor que utilizou dos treinamentos e da Doutrina de Segurança Nacional para alcançar seus objetivos.

²¹ SOUZA, Fabiano F. de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Aedós**, Porto Alegre, n. 8, vol. 3, p. 159-176, jan.-jun. 2011.

A OEA manteve como seu objetivo principal a solução pacífica de controvérsias com a segurança coletiva e um desenvolvimento integral entre as nações. A OEA também criou conselhos e comissões dentro da própria organização para que seus objetivos fossem alcançados como O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mantendo reuniões com os ministros das relações exteriores de cada país.

Também em 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) com sede em Santiago do Chile. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, foi criada para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, reforçar as ações e as relações econômicas dos países latino-americanos entre si e com outras nações do mundo. A CEPAL tentou dissociar a integração econômica dos problemas políticos com objetivos de resultados imediatos e práticos. Deixou que cada país resolvesse seus problemas internos e visou em uma cooperação que fundisse as economias nacionais e criasse um novo sistema econômico de alcance regional.

Ainda no âmbito comercial foi criada pelo Tratado de Montevidéu em 1960 a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) tendo um modelo de cooperação regional buscar o aumento da interdependência dos países latino-americanos e tinha como objetivo criar uma zona de livre comércio para esses países que resultou na criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980, que vai além da criação de uma zona de livre comércio, mas também com o objetivo de promover o desenvolvimento social. Com a representação que o mercado latino-americano tem hoje a ALADI permite planos de associação entre os membros para o melhor desenvolvimento regional.

2.2 A troca de Informações e os Órgãos de Cooperação

A América Latina trabalhou junta para uma cooperação e convivência pacífica ao máximo²², tentando minimizar as tensões continentais mesmo com as disputas próprias de cada país, seja de teor político ou territorial. Esse trabalho muitas vezes contou com a ajuda dos Estados Unidos que forneceu ajuda até mesmo econômica para a formação de órgãos que fortalecessem a cooperação, ainda mais depois da década de 1950 com a possível ascensão do comunismo que fortaleceu o receio estadunidense depois da revolução cubana e o alinhamento do país caribenho com Moscou.

Dentro do âmbito militar em 1942 foi criada a Junta Interamericana de Defesa (JID) com o objetivo de preparar as repúblicas americanas para a defesa do continente. Para isso os militares contariam com estudos para auxiliar no alcance desse objetivo. A JID participou da maioria das conferências para defesa da América promovidas pelos Estados Unidos e das conferências realizadas pela OEA. Seus objetivos foram ficando cada vez mais próximos pelo que era ditado pela DSN e isso foi influenciando suas ações e as do Colégio Interamericano de Defesa (CID). O CID foi fundado em 1962 e formado nos mesmos moldes da National War College (NWC) - uma instituição de ensino ligada a JID. Suas similaridades com a NWC demonstram as aproximações da JID com a DSN.

Para que a cooperação continuasse e suprisse as deficiências individuais dos países da área criaram-se instrumentos decisivos para essa cooperação. Após a Revolução Cubana a ameaça comunista²³ se tornou mais clara e esses órgãos previamente criados foram utilizados

²² ALEIXO, Jsoé Carlos Brandi. Mediação e bons ofícios: considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. v. 24 n. 95 jul./set. 1987.

²³ Scaliante, Elizabete Aparecida. **Políticas Coercitivas da Operação Condor**. Mestrado em Ciências Sociais, São Paulo, 2010.

para organizar a cooperação entre os países no Cone Sul. A orientação de órgãos e tratados como esses alimentaram procedimentos de contra insurgência, como as missões de assessoria militar e o treinamento das forças armadas e policiais, cursos, financiamento de forças políticas anticomunistas entre outros. A criação da CID e a sua aproximação com a OEA demonstram a necessidade da aproximação militar para a organização socioeconômica da América Latina, tentando assim, manter esses países longe do inimigo comunista.

2.3 O Plano Condor

A troca de informações já era uma prática dentro da legalidade muito antes dos golpes militares, existiam acordos de cooperação entre a Argentina e o Chile, também existem documentos dos anos 1930 que mostram solicitações de informações sobre os brasileiros no exterior e até mesmo existem documentos sobre a tentativa de uma cooperação entre o Brasil e o Chile para a contenção das agitações políticas sul-americanas. Antes, os regimes militares intensificaram a cooperação nesta área.

A rede de cooperação não trocava apenas informações sobre os subversivos, também deslocava prisioneiros e procurados sem a burocracia e registros, facilitando até mesmo ocasionais assassinatos. Desse modo a Operação Condor se tornou um facilitador da repressão, sendo rodeada pela doutrinação anticomunista e pelo princípio da cooperação internacional. Os órgãos repressores não conheciam limites territoriais e tiveram suas ações potencializadas por conta dessa cooperação, que não visava apenas pessoas ligadas às esquerdas, mas também qualquer opositor aos governos a serem instalados.

Para discutirem o combate à subversão o governo chileno convocou uma reunião com os representantes dos setores de inteligência dos países do Cone Sul, conferência idealizada pelo chefe da Diretoria de Inteligência Nacional do Chile (DINA), que daria início ao Plano

Condor. Dessa forma o Chile ficou como país sede da operação e a partir daí os países membros tinham as ferramentas para poder combater a subversão com métodos mais repressivos. Essa associação entre os países do Cone Sul promoveu a espionagem conjunta, troca de prisioneiros, conferências de inteligência e ações que extrapolam as fronteiras, possibilitando uma aliança dos países sul-americanos com apoio do governo norte-americano.

Após a Revolução Cubana o governo dos Estados Unidos se viu obrigado a organizar os países continente Americano e para isso convidou os seus colegas militares para uma reunião para discutirem os problemas comuns do continente. Assim nasceu a Conferência de Exércitos Americanos (CEA), que passou a ser realizada anualmente no forte do Panamá. A CEA demonstrou interesse em manter um comitê para a troca de informações e dados, para isso era necessária uma rede de informações. Assim, surgiram os primeiros instrumentos para a criação do Plano Condor.

Começado em 1975 o Plano Condor contou com a participação da Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai, o Brasil veio se juntar apenas em 1976²⁴. Atingindo aspectos que iam além da simples troca de informações o Plano Condor se deu em três fases. A primeira foi dedicada à criação de um banco de dados sobre a subversão. Assim, foram realizadas conferências sobre inteligência entre os países pertencentes ao Condor, dando importância também a questão militar, já que dessa forma ficava mais fácil fornecer informações sobre os presos políticos e exilados e também observar o dia a dia das sociedades desses países.

Sua segunda fase foi definida por ações conjuntas dentro dos territórios dos países membros, possibilitado a troca de prisioneiros sem qualquer tipo de registro de entrada ou saída de qualquer país, assim como o envio de agentes de investigação e criação de empresas

²⁴ **Acta de clausura de la primera reunion interamericana de inteligencia nacional**, DINA, Chile. 28/11/1975, p.196. Disponível em: <<http://www.johndinges.com/condor/documents/Acta%20final.htm>>

fantasma²⁵ para a atuação desses agentes sem que levantassem suspeitas. A terceira e última fase teve como objetivo formar equipes para atuar no exterior. O Plano Condor não ficou restrito ao continente americano, tendo a intenção de chegar à Europa entretanto sem sucesso tendo em vista a falta de interesse de atuação do Brasil.

O Plano Condor ajudou na ampliação dos acordos entre os serviços dos países membros e do Peru, o campo de ação da operação ficou não fixado nos limites dos países membros do acordo e estabeleceu facilitadores para a execução das operações repressivas conjuntas. Com a revelação do Archivo Del Terror²⁶ detalhes sobre o destino de milhares de pessoas torturadas, sequestradas e assassinadas pelas ditaduras militares confirmou a existência de uma conspiração entre as forças armadas e serviços de inteligência dos países do Cone Sul.

Existem vários documentos que comprovam a cooperação dos países antes da Operação Condor, principalmente entre Argentina e Chile, dois dos países mais ativos no Condor e com um tipo próprio de repressão. O governo norte-americano através da CIA sabia da existência de uma cooperação entre os serviços de inteligência latino-americanos antes mesmo da montagem do Plano Condor. E através de documentos recentemente liberados pelo governo norte-americano é possível verificar a cooperação na repressão.

²⁵ QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. In: **Estudos Ibero Americanos**, PUCRS, v.XXVIII, n.1, p.167-182, 2002.

²⁶ Arquivo paraguaio que representa a parte mais significativa do acervo documental sobre o funcionamento desta operação descoberto até o momento. – SOUZA, F. **Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas**, 2011.

3. A ação do Brasil

Tendo suas origens no período democrático a chegada da ditadura militar não significou o início do sistema de informação e a formação dos agentes militares. Sendo uma das ditaduras mais antigas da América Latina os militares brasileiros já eliminavam a oposição política²⁷ com prisões arbitrárias, cassações, torturas, exílios entre outras ações repressivas.

Antes da formação das ditaduras mais recentes vários grupos militares estrangeiros se dirigiam ao Brasil para cursos na ESG e para aprender métodos de repressão, “técnicas de interrogatório” em uma complementação da Escola das Américas do governo norte-americano. Com um sistema de troca de informações muito anterior ao Plano Condor, o Brasil colaborou²⁸ bastante na troca de informações sobre forças opositoras aos governos militares. Colaborando com o restante dos militares latino-americanos nos processos dos golpes, nas perseguições políticas e nos treinamentos, e tendo seus refugiados políticos apanhados no exterior essa colaboração ficaria mais evidente com a Operação Condor.

Na formação do Plano Condor a situação do Brasil já era favorável para esse tipo de instrução, parte dos grupos revolucionários brasileiros já praticamente não existiam e não tinham lideranças significativas operando no exterior. Dessa forma a ação do Brasil ficou limitada a prisão de refugiados e na troca de informações verificando o motivo pela falta de interesse da participação na última fase da Operação Condor.

²⁷ Durante o governo Vargas foi aprovada a participação brasileira na Conferência Internacional Sul Americana de Polícia que tinha como objetivo de enviar informações mutua sobre grupos anárquicos que tendessem a alteração da ordem social. – **Conferencia Internacional Sul Americana de Polícia**, Buenos Aires, 1920. Disponível em: < <http://bcn.cl/25oof> > e **Decreto nº 22388**, de 24 de Janeiro de 1933. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22388-24-janeiro-1933-558278-publicacaooriginal-79375-pe.html> >

²⁸ SOUZA, Fabiano F. de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Aedos**, Porto Alegre, n. 8, vol. 3, p. 159-176, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/12769>>

Tendo sua influência e a intervenção como os papéis mais importantes de atuação brasileira nos países vizinhos observa-se uma aparente, discreta e clandestina participação do Brasil na Operação. Essa participação varia em grau de importância nos processos políticos dos países latino-americanos, mas também utiliza dos mesmos instrumentos dos outros países da Operação Condor. Sendo uma das ditaduras mais antigas e com a quase extinção dos grupos opositores o Brasil se tornou como um exemplo para os outros países, tornando o Brasil exemplo para as demais ditaduras.

O Brasil se uniu de forma oficial à Operação Condor apenas em 1976, sendo o último membro a unir-se e tendo uma perspectiva diferente dos demais países. O Brasil se opôs a realização de assassinatos fora do continente americano, já que os militares brasileiros acreditavam que a operação deveria estar apenas dentro do Cone Sul focando na obtenção e troca de dados a respeito das ações subversivas. O Brasil não participou das operações na Europa e limitou sua contribuição no fornecimento de equipamentos para os países que operariam na Europa. Essa não participação brasileira foi comprovada por documentos disponibilizados pelo governo norte-americano²⁹.

As relações bilaterais entre o Brasil e os outros países da Operação podem ser exemplificadas por registros de documentos da polícia. No caso do Brasil e do Paraguai existe a "Operação Mesopotâmia" que serviu para prender alguns trabalhadores da obra de construção da hidrelétrica de Itaipu. Também no que tange o Paraguai já existiam troca de informações, conferências e espionagens bilaterais.

²⁹ CIA Cable, [Brazil's Role in Operation Condor], Excerpt, August 12, 1976, 1 p. Ver UNITED STATES, 2001. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/news/20010306/condortel.pdf>>

No caso do Uruguai, o DOPS do Rio Grande do Sul monitorava os brasileiros exilados no Uruguai e coletava informações para reprimir inimigos do sistema, que davam-se por prisões, torturas, sequestros, desaparecimentos e assassinatos. Mas em 1978, já na atuação do Plano Condor, foi realizada a Operação Sapato Vermelho³⁰ a qual agentes brasileiros auxiliavam oficiais do Exército do Uruguai na captura de militantes que tentavam elaborar um dossiê sobre violações dos direitos humanos no Uruguai.

Apesar da dificuldade de acessar fontes que tratam dessa cooperação entre os países operantes no Plano Condor não se pode afirmar que não existiram essas cooperações. Já que é possível ver uma convergência, mesmo que com suas diferenças, entre os processos de formação dos regimes ditatoriais. Também reforçando e alinhando o entendimento da visão de mundo entre esses governos existiam laços pessoais entre os militares e os diplomatas, que podem ser evidenciados em diversos pontos de atuação.

3.1 A Formação da Ditadura Civil-Militar Brasileira

O contexto brasileiro da formação do golpe militar era de industrialização pesada em ramos estratégicos, sendo esse um momento de unificação da classe trabalhadora e o seu anseio pelas propostas das reformas de base. Com a Revolução Cubana essas visões das classes trabalhadoras traziam grandes agitações dentro do país, o que tornou uma grande ameaça à Segurança Nacional na visão da elite e dos militares. A formação do governo militar não alterava a estrutura social capitalista e limitava o fortalecimento de forças progressistas que estavam crescendo naquele momento.

³⁰ CASSOL, Gissele. **Prisão e Tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)**. Rio Grande do Sul, 2008.

Segundo o que era proposto pela Doutrina Nacional de Segurança para cumprir os seus objetivos é necessário que toda a nação esteja engajada na guerra para poder sobreviver, uma obrigação imposta pelo comunismo. Assim o Poder Nacional se associa ao Estado e o Estado está submetido à vontade nacional. Expressão da vontade de toda a sociedade, sem divergências e sem conflitos de interesse. E como o comunismo age em todas essas instâncias de poder, as forças anticomunistas precisavam estar equiparadas e precisavam antecipar as revoltas subversivas antes que tomassem o poder.

Como visto anteriormente, por terem sido um dos primeiros a ter contato com a Doutrina de Segurança Nacional ensinada na Escola de Guerra de Paris, o Brasil foi pioneiro na aplicação dessa Doutrina. Assim, o sistema de informações e a preparação dos agentes brasileiros é anterior a chegada dos militares ao poder em 1964. A definição de Segurança Nacional mais aceita por conta do alcance estratégico político é a que foi proposta pela Escola Superior de Guerra brasileira, que unia Desenvolvimento com Segurança Nacional. Assim uma das medidas para alcançar a segurança nacional é a defesa nacional, o que abraça os aspectos psicossociais, o desenvolvimento e a estabilidade interna.

A ocupação de um território grandioso e pouco habitado, a expansão da América do Sul em direção ao Pacífico e a formação brasileira como potência agroexportadora eram os objetivos que haviam levado o Brasil a ter um papel de destaque na constituição geopolítica na América Latina³¹, incorporados durante a ditadura civil-militar. A criação da Escola Superior de Guerra foi uma das conquistas que a DSN no Brasil, dando início a

³¹ COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

institucionalização da mesma. A transferência de práticas e métodos contrarrevolucionários foram as primeiras formas de introdução da DSN no Brasil.

A revolução cubana serviu como alarme para o perigo comunista que rondava as fronteiras americanas, criando argumentos que justificavam a expulsão do país da OEA e o seu bloqueio econômico. Essa preocupação foi suficiente para iniciar ações estadunidenses de tentar parar o suposto avanço comunista³² no continente americano, ajudando os militares da região e implantando junto a eles a DSN na América Latina.

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado e utilizado para abalar a imagem do presidente empossado João Goulart. Assim, o presidente se mostrava na visão do instituto como um exemplo de ameaça que estava surgindo para transformar o Brasil em aliado a União Soviética. O presidente teve um governo de caráter nacional-desenvolvimentista procurando associar a política econômica brasileira com a política econômica proposta pela CEPAL, atitude que os seus opositores associaram a uma imagem comunista.

Assim as relações entre as instituições civis e militares foram se estreitando para preparar o golpe de Estado de 1964 no Brasil. A ideologia da DSN de uma ameaça interna e externa e a necessidade de combatê-la estava baseada na difamação do comunismo e que esta era uma ameaça aos "cidadãos de bem", cidadãos esses que estavam ligados as classes mais altas da sociedade e se apoiavam em principal no capital estrangeiro.

O Estado Ditatorial que surgiu deu um tratamento legal com resquícios ideológicos da DSN, estabeleceu a forma de agir entre o Estado e a Sociedade Civil até o fim do regime. Os

³² SANAHOJA, José Antonio. **Ayuda Económica Y Seguridad Nacional**: La ayuda externa de Estados Unidos del Plan Marshal a la posguerra fría. Madrid: Entinema, 1999

poderes legislativo e executivo se articularam para que a administração pública ditatorial pudesse criar e executar leis da forma como queria. Isso era usado para garantir a segurança e o desenvolvimento. Como já observado, para os governantes da época o desenvolvimento era condição para garantir a segurança e que os dois estavam integrados e dependiam um do outros, ideias quem vinham direto dos conceitos da DSN. Essa visão ideológica foi típica dos países latino-americanos, devido ao seu contexto econômico e social. Entretanto na América Latina os malefícios da DSN foram visíveis já que esses países deixaram etapas essenciais para a construção da sua sociedade democrática de lado.

3.2 Influências e Ações Brasileiras nos Países do Cone Sul

O Estado-Maior do Exército Brasileiro e a CIA formaram uma rede internacional entre os países do Cone Sul, pois assim eles poderiam trocar informações e agir em operações conjuntas para reprimir organizações subversivas³³. Com a ideologia anticomunista da DSN espalhada pela América Latina os militares foram adaptando-a para as realidades de seus países e influenciando gerações de militares e civis formando uma doutrinação militar rígida como um manual de guerra contrarrevolucionária que estaria na base dos Exércitos latino-americanos.

Limitando sua contribuição para a provisão de equipamentos de comunicação para a rede estabelecida pelos países participantes do Condor. Com a quase extinção dos grupos revolucionários brasileiros a existência de lideranças significativas no exterior influenciou no interesse brasileiro de participar dessa fase do Condor. Além de o processo de abertura política começando a surgir no Brasil seu interesse nas ações internacionais diminuía ainda mais.

³³ REZNIK, Luis. **Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

O Brasil agiu de forma mais discreta na operação. Apenas com a nos países vizinhos, é possível perceber a importância da participação brasileira no processo político chileno, uruguaio e boliviano. Mesmo com essa ação discreta o governo brasileiro também utilizou dos instrumentos da Operação Condor, caçando opositores políticos longe de suas fronteiras e as abrindo para que os países associados pudessem operar de forma livre. Com sua ditadura mais longa e sua eficiência em eliminar os movimentos guerrilheiros o Brasil se tornou uma referência para os outros países no Cone Sul. Os outros países adotaram recursos e técnicas brasileiras para o combate a subversão, assim o Brasil agiu como laboratório para as outras ditaduras.

3.3 As ações de Inteligência Brasileira

A ação brasileira no plano das informações foi grandiosa, já que o objetivo da ditadura era sempre estar um passo a frente dos seus opositores, seja dentro ou fora do país. Para tal o Brasil utilizou de um órgão específico ligado ao Ministério das Relações Exteriores e submetido ao Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações do Exterior (CIEEX). O objetivo do Centro era monitorar, vigiar e seguir os passos dos brasileiros exilados que ainda se movimentavam ativamente na política e não aceitavam o novo regime.

O que centralizou o sistema de troca de informações no Brasil foi o Serviço Nacional de Informações (SNI)³⁴, onde os informes e informações processadas pelos serviços secretos dos departamentos de segurança eram processados. Os centros de informação de natureza militar atuavam e até mesmo competiam de forma quase autônoma com seus próprios serviços de informação.

³⁴ PENNA FILHO, Pio. “O Itamaraty nos anos de chumbo – o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2009. v. 52. n.2. p.46.

Com um amplo sistema de informações que tem como objetivo combater as uniões políticas que foram surgindo no Brasil na segunda metade da década de 1960 a vigilância e eliminação desses grupos seria facilitada ao máximo, mantendo o governo quase sempre um passo a frente de seus opositores³⁵. As ações do CIEX iam além das fronteiras nacionais e contavam com a colaboração de outras autoridades nacionais que estavam inseridos na ideia autoritária que se espalhou durante aquela época.

O SNI e seus afiliados tiveram uma especialização interna muito maior do que outros órgãos de Informação Internacional. Eles trabalharam a favor da repressão dentro do país contra aqueles que discordavam do governo militar e não na ação de espionagem contra outros Estados. Essa diferença destacava a conduta alinhada desse processo com a Ideologia da Segurança Nacional que estava vigorando na maioria da América Latina. Uma prática que já era visível nas forças armadas brasileiras, que sempre tentaram defender a soberania ou combateram em nome da pátria numa ordem mais interna do que efetivamente trabalhando no exterior.

Essa atuação mais nacionalista intimidou não apenas a militância, mas também o restante da população, aumentando o isolamento político das pessoas. Isso aumentou a quantidade de pessoas que se refugiaram fora do país e assim, uma série de instrumentos surgiu para vigiar e tentar controlar os brasileiros no exterior. A atuação do Centro não se limitou a América Latina, mas também chegou a Europa, principalmente em Portugal depois do estabelecimento das ditaduras nos países do Cone Sul. Entretanto a maior parte do contingente de documentos do CIEX diz respeito aos brasileiros residentes nos países vizinhos, já que os instrumentos de cooperação já estavam inseridos.

³⁵ Idem.

A forma como o Centro agia revela o desrespeito às questões legais e uma eficiente rede de espionagem que não seria possível sem a atuação com as agências de inteligência dos países onde o Centro atuava³⁶. Entre as suas ações estavam a infiltração de agentes entre os grupos de exilados, a troca informações com os órgãos de inteligência e até observavam permanentemente de pessoas exiladas.

Além da espionagem, o CIEX também participava da produção de informações sobre algumas áreas em que o Ministério das Relações Exteriores atuava, principalmente em assuntos ligados ao terrorismo, corrupção, subversão, contrainformação e a imagem do Brasil no exterior. O Centro mostra como o Brasil já atuava com certa sofisticação antes mesmo da formação da Operação Condor³⁷. A quantidade de documentos produzidos pelo Centro não podia ter sido tão grande sem a colaboração dos governos dos outros países que possuíam uma ideologia em comum.

O Brasil teve uma atuação importante na cooperação latino-americana durante as décadas de 1960 e 1970. Seja devido ao contexto histórico, ao apoio norte-americano ou até mesmo ao seu pioneirismo na aplicação de uma ditadura militar longa e sólida. Sua influência nos países vizinhos pode ser verificada nos treinamentos disponibilizados pelos militares brasileiros e até mesmo na formação das ditaduras desses países e na sua forma de atuação interna. A política de boa vizinhança e da atuação nacionalista do governo brasileiro manteve uma relação amigável e ao mesmo tempo soberana em relação aos vizinhos.

³⁶PENNA FILHO, Pio. op. cit

³⁷ PENNA FILHO, Pio. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo Perdido da repressão. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, 21, nov. 2011.

CONCLUSÃO

Traçando os caminhos e a formação dessas ditaduras, os pactos de cooperação anteriores a elas e a ideologia por de trás desses regimes, pretendeu analisar essa cooperação entre eles e abordar as questões da formação ideológica dos militares que levaram a um anticomunismo quase paranoico, somando-se a questão do apoio norte-americano apontados por documentos, levando em conta a cooperação, seja econômica, política ou social, que existe na América Latina, por meio da documentação e de outras pesquisas historiográficas a respeito do tema.

Com uma longa leitura e análise da bibliografia selecionada, a respeito da historiografia das ditaduras no Cone Sul, esta pesquisa concentrou-se na tentativa de uma construção do caminho e dos meios para uma cooperação autoritária tão forte na América latina.

O intercâmbio entre as forças armadas da América Latina se tornou objeto de estudo de uma série de historiadores devido as violações contra os direitos humanos que ocorreram durante as ditaduras militares sul-americanas. A historiadora Samantha Quadart aponta que a formação técnica desses militares e suas interações nas escolas de guerra foram objetos de impulso para essa cooperação, tanto na área de inteligência quanto em ações feitas para captura e eliminação de inimigos.

A influência norte-americana na formação psicotécnica desses militares e a forma de moldar o seu pensamento contra o comunismo, somando-se a uma cooperação que é mais antiga que a formação das próprias ditaduras se tornou terreno fértil para o desenvolvimento de uma camaradagem para a repressão durante essas ditaduras formadas entre os anos de 1960 e 1970 na América Latina.

Revelações como o “Arquivo do Horror”, documentações sobre o Plano Condor, materiais do CIEX e descobertas feitas a partir da Comissão Nacional da Verdade Brasileira³⁸ ajudam a fomentar esse interesse na pesquisa acerca das ditaduras latino-americanas. Uma cooperação que ia muito além da defesa de fronteiras, mas para a defesa de um inimigo invisível e imaterial com a utilização de uma força que os opositores desses ditadores não conseguiram combater. Assim verificar os caminhos e as transformações dessas ditaduras é ponto importante para compreender os seus resultados.

Tentando analisar a cooperação entre as ditaduras militares no Cone Sul para a articulação de medidas opressoras nos países sul-americanos procurou-se compreender a formação dessa cooperação entre as ditaduras militares que se construiu antes mesmo das suas datas de início.

Com as reivindicações feitas a partir das descobertas da Comissão Nacional da Verdade brasileira e por outros meios midiáticos e governamentais tanto brasileiros como internacionais³⁹ a questão do abuso de autoridade e uma cooperação para a eliminação de inimigos dos estados latino-americanos, de formas cruéis e pouco explicadas, essa pesquisa examinou essas questões.

A questão política latino-americana tem uma forte influência do governo norte-americano e dessa forma os militares dos países do Cone Sul sofreram uma forte transformação a partir das doutrinas desenvolvidas dentro dos Estados Unidos. Formulando

³⁸ **Comissão Nacional da Verdade** – Volume I. Capítulos 3 e 6. – Arquivo Nacional

³⁹ Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura – **Comisión Valech**. Chile - 2003 e Decreto 187/83 Comision Nacional sobre la Desaparicion de Personas – **La CONADEP** Argentina – 1983.

um pensamento em conjunto entre esses países e possibilitando uma cooperação entre os governos ditatoriais.

A cooperação que já existia antes mesmo do contexto da Guerra Fria apenas foi intensificada em vista de um “inimigo em comum” para os militares sul-americanos. E ainda mais consolidado depois da criação do Plano Condor que serviu de instrumento e justificativa para ações coercivas mais severas e uma cooperação em volta desse ataque violento a subversão.

Analisando a cronologia das ditaduras são justificadas as ações brasileiras de cooperação e instrução, mantendo-se longe de ações que não se dariam dentro do território sul-americano. Sendo assim o Brasil torna-se um exemplo a ser seguido por seus vizinhos e auxiliou de forma extremamente eficaz nos processos dos outros países membros da Operação Condor.

FONTES

AARC Public Library Contents. **Assassination Archives and Research Center**. Disponível em: <http://www.aarclibrary.org/publib/contents/church/contents_church_reports_ir.htm> Acesso em: 01 de Maio de 2017.

Atas das Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.oas.org/council/pr/RC/atas.asp>> Acesso em 20 de Maio de 2018.

Acta de clausura de la primera reunion interamericana de inteligencia nacional, DINA, Chile. 28/11/1975, p.196. Disponível em: <<http://www.johndinges.com/condor/documents/Acta%20final.htm>> Acesso em: 01 de Maio de 2017.

Carta da Organização dos Estados Americanos(A-41), Tratados Multilaterais, Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

CIA Cable, [**Brazil's Role in Operation Condor**], Excerpt, August 12, 1976, 1 p. Ver UNITED STATES, 2001. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/news/20010306/condortel.pdf>> Acesso em: 01 de Maio de 2017.

Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura – Comisión Valech. Chile - 2003

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), [Sobre a CEPAL]. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/about>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

Comissão Nacional da Verdade – Volume I. Capítulos 3 e 6. – Arquivo Nacional.

Decreto 187/83 **Comision Nacional sobre la Desaparicion de Personas** – La CONADEP Argentina – 1983.

Inter-American Defense College (IADC), [Colegio Interamericano de Defesa (CID)]. Disponível em: <<http://www.iadc.edu/>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

Conferência dos Exércitos Americanos (CEA). Disponível em: <<https://www.redcea.com/SitePages/Home.aspx>> Acesso em: 20 de maio de 2018.

Primera Reunion de Trabajo de Inteligência Nacional, 29/10/1975, p.155. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239d/index.htm>> Acesso em: 01 de Maio de 2017.

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. (TIAR) Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/tratado_interamericano_assistencia_reciproca_riodejaneiro.pdf> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELL, Alan. La izquierda em América Latina desde c. 1920. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: v.12, Política y sociedad desde 1930. Barcelona: Crítica, 1997.

ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, Brasil e no Chile. In: FICO, C.; FERREIRA, M.; ARAUJO, M; QUADRAT, S. (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ARMONY, Ariel C. **La Argentina, los Estados Unidos y la cruzada anticomunista em América Central (1977-1984)**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1999.

BETHELL, Leslie (org.). História de América Latina, v. VI: a **América Latina após 1930**. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 2005.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**.

Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CHOMSKY, N. Cold War: Fact and Fancy in: _____. **Deterring Democracy**. New York: Hill and Wang, 1992. p. 9 – 68.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

DINGES, John. **Os Anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a Ordem é Segurança e o Processo é Desenvolvimento 1964-1974**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

FICO, Carlos. **Como eles agiam - Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e Polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada: O exército dormiu janguista**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.

GOTT, Richard. **Cuba, uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. (org) **A América do Sul e a Integração Regional**. Brasília: Funag, 2012.

ROMERO, Luís Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

SANTOS, Márcia Guena dos. **Arquivo do horror. Documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980)**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1996.

Scaliente, Elizabete Aparecida. **Políticas Coercitivas da Operação Condor**. Mestrado em Ciências Sociais, São Paulo, 2010.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: Uma história política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil-Argentina: A Construção do Entendimento (1962-1986)**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1162/1/Tese_2007_CarlosEduardo.pdf> Acesso em: 01 de Maio de 2017.

ABRAMOVICI, Pierre. O Pesadelo da "Operação Condor". **Diplomatique Revista Online**, edição Maio de 2001. Disponível em <<https://diplomatie.org.br/o-pesadelo-da-operacao-condor/>> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

ALEIXO, Jsoé Carlos Brandi. Mercado Comum Centro-Americano. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. v. 21 n. 18 jan./mar. 1984. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/186299>> Acesso em 20 de Maio de 2018.

ALEIXO, Jsoé Carlos Brandi. Integração na América Latina. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. v. 21 n. 18 jan./mar. 1984. Suplemento. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185416>> Acesso em 20 de Maio de 2018.

ALEIXO, Jsoé Carlos Brandi. Mediação e bons ofícios: considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. v. 24 n. 95 jul./set. 1987. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181808>> Acesso em 20 de Maio de 2018.

BOSIO HAULET, Gustavo M.; JUÁREZ CENTENO, Carlos A. La Doctrina de la Seguridad Nacional, sus orígenes, evolución e impacto en los países del ConoSur de América Latina durante la Guerra Fría, con especial referencia al régimen político argentino. **Revista Estudios**, [S.l.], n. 14, p. 93-111, feb. 2016. ISSN 1852-1568. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/restudios/article/view/13600>>. Acesso em: 20 de Maio de 2018.

BRUZIGUEZZI, Bruno. Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro Contemporâneo. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, 47-64. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/3311/3482>>. Acesso em: 20 de Maio de 2018.

CASSOL, Gissele. **Prisão e Tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)**. Rio Grande do Sul, 2008. <http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2189> Acesso em: 01 de Maio de 2017.

DIAS, Cristiane Medianeira Avila. O centro de informações do exterior (ciex) e o monitoramento de um grupo de gaúchos exilados no Chile:1971-1973. **XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS. Ensino, Direitos e Democracia**. 18 a 21 de julho de 2016 - UNISC - Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1474550767_ARQUIVO_CristianeMedianeira.pdf> Acesso em 20 de Maio de 2018.

HERZ, Monica. Política de Segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. São Paulo: **Estudos Avançados**, vol. 16, nº 46. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300007>. Acesso em: 01 de Maio de 2017.

MANTOVANI, Thais. A Doutrina da Contenção e a Repressão Social Durante o Governo Dutra. **Anais da ANPUH**. João Pessoa, 2003.

MINDLIN, José E. O desenvolvimento brasileiro e a crise da ALALC. **Revista de Administração Empresarial**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 75-80, jun. 1973. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901973000200006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 20 maio 2018.

NEVES, Ozias Paes & LIEBEL, Vinícius. Os regimes militares no Brasil e na América do Sul – Historiografia e Perspectivas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, nº 18, janeiro-julho de 2015. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2277>> Acesso em: 01 de Maio de 2017.

NINA, Andrés. La doctrina de la Seguridad Nacional y la integración latino americana. **Revista Nueva Sociedad**, Nº 27. Novembro - Dezembro 1979, p. 22-50. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/274_1.pdf> Acesso em: 20 de Maio de 2018.

PADROS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 495-517, Dec. 2012 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de Maio de 2018.

PENNA FILHO, Pio. “O Itamaraty nos anos de chumbo – o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2009. v. 52. n.2. p.46.

_____. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): O elo

Perdido da repressão. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, 21, nov. 2011.

PONTONEIRO, Esteban Damian. Pensamiento Militar y legislación de defensa em la Argentina: la caracterización de la amenaza a la seguridad interna. ¿Continuidad o ruptura? (1963-1970). **Contemporanea Historia y problemas del siglo XX** | Año 3, Volumen 3, 2012, ISSN: 1688-7638. Disponível em: <http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03_2012-11-23-webO-08.pdf> Acesso em 20 de Maio de 2018.

SCIRICA, Elena. **Núcleos católicos anticomunistas bajo el Onganiato. Encuentros y desencuentros. En Primer Taller de Análisis y Discusión sobre el “Ongania-to” (1966-1970)**, Universidad Nacional de General Sarmiento, Los Polvorines. 2012.

SOUZA, Fabiano F. de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Aedos**, Porto Alegre, n. 8, vol. 3, p. 159-176, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/12769>> Acesso em: 01 de Maio de 2017.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. In: **Estudos Ibero Americanos**, PUCRS, v.XXVIII, n.1, p.167-182, 2002.

_____. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia hist. [online]**. 2012, vol.28, n.47, pp.19-41. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000100002>> Acesso em: 01 de Maio de 2017.